



Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
XV Curso de Especialização em Relações Internacionais

**ANTROPOCENO: Abordagem Histórica para Efetiva Mudança de
Consciência, Novo Pacto Social e uma Nova Ética Baseada em
Economia de Recursos Naturais**

RODOLFO WARD

Orientadora

Ana Flávia Platiau

**Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção
do título de Especialista em Relações Internacionais**

Brasília-DF

2020

RESUMO

O presente trabalho é uma pesquisa de caráter exploratório e pretende refletir historicamente sobre a criação do Estado Nação, sua transição para o Estado Contemporâneo, os principais acontecimentos históricos que originaram a formação da Ordem Internacional Contemporânea. Será abordado o pensamento histórico traçando uma linha temporal entre passado (moderno) e presente (pós-moderno), desconstruindo historicamente o surgimento dos Estados contemporâneos e consequentemente como se construiu a atual estrutura internacional. Dentro deste contexto serão abordadas as atuais discussões sobre o período que vivemos, o Antropoceno.

Palavras-chave: State. Nation-State. Society. Modern. Anthropocene.

ABSTRACT

The present work is an exploratory research and intends to reflect historically on the creation of the Nation State, its transition to the Contemporary State, the main historical events that originated the formation of the Contemporary International Order. Historical thinking will be approached by drawing a time line between the past (modern) and the present (postmodern), historically deconstructing the emergence of contemporary states and, consequently, how the current international structure was constructed. Within this context, the current discussions about the period we live in, the Anthropocene, will be addressed.

Keywords: Photography. Art. Documental. Society. Modern. Post-Modern.

1. Apresentação e Contextualização do Tema

O presente trabalho é uma pesquisa de caráter exploratório e pretende refletir historicamente sobre a criação do Estado Nação, sua transição para o Estado Contemporâneo, os principais acontecimentos históricos que originaram a formação da Ordem Internacional Contemporânea com objetivo de contextualizar o período que vivemos, o Antropoceno. Esse período está ligado a fatores como a expansão humana, impacto global, crescimento da compreensão e a grande aceleração, perceptível a partir da crescente introdução de combustíveis fósseis e avanço da tecnologia industrial.

Será abordado o pensamento histórico traçando uma linha temporal entre passado (moderno) e presente (pós-moderno), desconstruindo historicamente o surgimento dos Estados contemporâneos e consequentemente como se construiu a atual estrutura internacional. Dentro deste

Após o levantamento histórico e teórico sobre o Estado Moderno e suas principais características de cunho social, cultural, político e econômico adentraremos nas principais transformações que originaram o Estado Contemporâneo e da formação da Ordem Internacional Contemporânea. O trabalho está dividido em três seções. A primeira é a apresentação e contextualização do tema.

Na segunda seção trazemos conceitos sobre a formação do Estado-nação e consequentemente das formas de pensar e ética econômicas que regem a nossa sociedade atual. O intuito desse tópico não é de exaurir a extensa bibliografia sobre o Estado moderno ou contemporâneo, queremos aqui, trazer conceitos teóricos a respeito da origem histórica dos agrupamentos sociais e assim entender como se criaram as instituições sociais, leis, normas e regras e como elas foram evoluindo junto com os avanços sociais, científicos e tecnológicos até chegar ao desenho social contemporâneo.

Na terceira seção são apresentadas as principais características políticas, sociais e econômicas do Estado Contemporâneo. Em decorrência das mudanças econômicas e sociais das últimas décadas, o mundo está passando por uma transformação política global. Com o advento das novas tecnologias, o ciberespaço assumiu um lugar de poder central na contemporaneidade, promovendo o esgotamento das instituições hierarquicamente rígidas dando lugar às redes de relacionamentos com estruturas fluidas, transversais e cooperativas. Logo após, é apresentada as considerações finais.

2. Estado Moderno e Contemporâneo: história, memória e identidade

Esse tópico tem a intenção de elucidar conceitos sobre a formação do Estado-nação e conseqüentemente das formas de pensar e ética econômicas que regem a nossa sociedade atual. O intuito desse tópico não é de exaurir a extensa bibliografia sobre o Estado moderno ou contemporâneo, queremos aqui, trazer conceitos teóricos a respeito da origem histórica dos agrupamentos sociais e assim entender como se criaram as instituições sociais, leis, normas e regras e como elas foram evoluindo junto com os avanços sociais, científicos e tecnológicos até chegar ao desenho social contemporâneo. E, a partir desse ponto de vista histórico pensar a possibilidade de um novo pacto social. Essa é uma pesquisa de caráter exploratório com objetivo de compreender a trajetória civilizacional desde o início da formação dos aglomerados humanos até a contemporaneidade. A proposta é também, além de, instigar, guiar o leitor pela linha de raciocínio do autor e motivar novas pesquisas e aprofundamentos críticos sobre os temas que são abordados no texto.

O surgimento do Estado moderno é de fundamental importância para compreendermos o atual Estado contemporâneo, pois foi onde se desenvolveu a linguagem e a escrita, é à época do surgimento da moeda, das divisões de trabalho, das aglomerações sociais em cidades, da noção de parentesco e formação do conceito de família, das primeiras criações tecnológicas como as armas para caça e autodefesa que possibilitaram ao homem se impor perante as outras feras e subjugar a natureza, e assim, conseqüentemente, povoar toda a terra de forma autoritária e arbitrária, por uma conquista forçada e demonstração de poder que com o passar do tempo implantou um sistema repetitivo de dominação pela militarização padronizando a “evolução” humana que culminou no sistema capitalista que é o modelo socioeconômico-cultural vigente e dominante na atualidade, sendo também, um dos responsáveis pela crise planetária que vivemos.

Todos esses conceitos citados acima nos parecem tão ultrapassados, principalmente para nós que estamos em constante estudo, pesquisa, que estamos dentro de um sistema que nos protege e remunera, que estamos dentro de um círculo social que nos torna cidadão, nos dá sentido para a vida, nos torna humano, realmente, para nós essas reflexões nos parecem sem importância, pois muitas delas já estão resolvidas, alguns caminhos já estão construídos e pré-estabelecidos cabendo apenas às pessoas seguirem sem ter que pensar como esses caminhos foram criados e como os problemas foram solucionados.

Entretanto, refletir, questionar e esclarecer são de extrema importância para criação da nossa consciência de homem e de mundo e dentro do âmbito acadêmico se faz como uma regra necessária para compreendermos nossa história por meio da memória e criarmos nossa identidade que irá guiar nossa trajetória de vida.

As metanarrativas e o conceito de real e realidade expandiram-se, criando uma crise e novos conflitos na forma de ser e existir que remetem a uma crise no próprio conceito de paradigma¹. É necessária a (re)construção histórica, coletiva, por diferentes olhares, para termos uma melhor percepção do que estamos vivendo e como devemos prosseguir. O atual momento abre espaço para novas possibilidades de diálogos e construção do real em que “devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 2003, p. 471). Em meio a pandemia do COVID-19 esse pensamento crítico se torna ainda mais necessário.

Queremos nesta seção demonstrar que alguns conceitos, regras e normas que regem nosso convívio em sociedade são acúmulos de criações culturais que foram se sedimentando no decorrer dos tempos de acordo com o conhecimento, costume, tradição de cada época em um determinado lugar no globo terrestre e que em um momento específico do período histórico humano cada agrupamento humano vivia à sua maneira o que hoje é bem difícil de imaginar devido os efeitos da globalização do mundo contemporâneo que cria a impressão de homogeneização cultural. Esse efeito nos dá a falsa impressão que vivemos todos de forma semelhante. E muitas vezes é necessário se perguntar como chegamos aqui? É necessário rememorar a história humana para obtermos algumas respostas. Será que sempre existiu família, escola, divisão de tarefas, trabalho, direitos trabalhistas, leis, regras? Uma motivação extra é atual pandemia do COVID 19, que está acontecendo exatamente no momento em que escrevo esse texto e que nos obriga a refletir sobre o futuro da humanidade no planeta. Propomo-nos a elucidar algumas dessas questões no decorrer do texto, sobretudo ressaltamos que o objetivo desse ensaio não é esgotar esses assuntos nem mesmo findar a bibliografia que abordam essas temáticas, o que queremos é sedimentar conhecimentos básicos sobre a criação do Estado moderno e contemporâneo exemplificando por meio de acontecimentos históricos e movimentos sociais que entendemos como importantes para chegarmos ao modelo de civilização atual,

¹ Neste trabalho entendemos que a contemporaneidade é marcada por uma ruptura com “crenças em visões totalizantes da história, que prescreviam regras de conduta política e ética para toda a humanidade” (LYOTARD, 1970).

entendendo que existem outros modelos que podemos seguir e que poderiam ter sido seguidos em determinados momentos da história da civilização humana. Sendo esse momento, um momento de virada da humanidade, se faz necessária as reflexões propostas.

A base desse estudo é a escola europeia e o desenvolvimento da sociedade por meio de estudos dessa escola. Entendemos que a sociedade contemporânea ocidental e o Estado contemporâneo globalizado se baseiam no modelo de desenvolvimento eurocêntrico, até por que, o próprio processo de globalização se inicia com as grandes navegações, a divisão do mundo e se respalda na exploração das colônias pela Europa. A partir desse processo se criaram as sociedades modernas pelo mundo. Em contraponto a esse pensamento existem outras correntes que colocam em xeque o modelo eurocêntrico de formação nacional. Um deles é o decolonialismo, entretanto, não nos aprofundaremos nessa linha de pensamento, nesta pesquisa, deixando esse tema para pesquisas futuras.

Devido ao caráter deste trabalho que nos limita em relação ao número de páginas, ao tempo de pesquisa e produção intelectual delimitamos o tema na contextualização do surgimento dos aglomerados humanos, do Estado-Nação até o Estado Contemporâneo. Por meio da visão eurocêntrica e que pretendemos expandir para outras visões e correntes em trabalhos futuros.

2.1 Início da Civilização Moderna

O teórico e filósofo alemão, Friedrich Engels (1884) se preocupa em contextualizar o início da civilização como forma de embasamento teórico para sua produção científica voltada para o campo da sociologia, e perpassa pelos campos da história, ciência política, arqueologia e antropologia. Para entendermos conceitos que serão apresentados neste trabalho é necessário entender o início de nossa história, como nossos antepassados construíram nosso atual mundo e como o desenvolvimento da tecnologia possibilitou os meios de existência para ascensão da espécie humana sobre o globo terrestre. A partir do conhecimento histórico e teórico queremos propor novas vias para

Engels (1884) explica a evolução social e o surgimento do Estado analisando o desenvolvimento humano ao redor do mundo e como cada grupo humano desenvolveu formas sociais, linguagem e ciências próprias baseadas em fatores como localidade, clima, alimentação e matéria prima disponível.

"a habilidade nessa produção desempenha um papel decisivo no grau de superioridade e domínio do homem sobre a natureza: o homem é, de todos os seres, o único que logrou um domínio quase absoluto da produção de alimentos. Podas as grandes épocas de progresso da humanidade coincidem, de modo mais ou menos direto, com as épocas em que se ampliam as fontes de existência" (Engells apud Morgan, 1884).

O autor faz um recorte temporal dividindo os acontecimentos humanos de relevância para a formação do Estado em três períodos históricos o estado selvagem, a barbárie e a família.

Os maiores ganhos humanos na época do estado selvagem são a formação da linguagem articulada que possibilitou a comunicação, a ciência do fogo que em conjunto com o aprendizado da pesca possibilitou a independência do clima e da localidade criando migração (nomadismo) sobre maior parte da superfície da terra e a invenção de armas como lança e arco e flecha.

A era da barbárie inicia a ruptura do progresso global que vinha ocorrendo de forma parelha por todas as sociedades como a introdução da cerâmica, agricultura, domesticação de animais e criação de rebanhos, construção de residências ainda são atividades compartilhadas globalmente, entretanto, os diferentes fatores de recursos naturais disponíveis em cada hemisfério são apontados como a causa para o desenvolvimento particular que cada sociedade alçou a partir daí, como exemplo algumas sociedades que inventaram a escrita alfabética (comunicação) e a fundição de ferro (tecnologia) sendo para Flusser (2007, p 132-133) o período em que “encerrou-se a pré-história e começou a história no sentido verdadeiro (...) ela produz a consciência histórica”. Katherine Zink e Daniel Lieberman (2013) afirmam que as novas tecnologias da época possibilitaram cortar os alimentos e cozinhá-los evitando o grande esforço da mastigação o que resultou ao longo do tempo na diminuição dos dentes e dos músculos da face proporcionando o crescimento e desenvolvimento do cérebro, um dos diferenciais no desenvolvimento das sociedades contempladas com bons fatores climáticos e de matéria prima.

A terceira fase citada por Engells (1884), da família, é analisada a partir de exemplos de aglomerações sociais que ainda aquela época seguiam tradições ancestrais em diversas partes do mundo tendo como uma de suas principais características e semelhança o sistema consanguíneo de vínculo familiar e hierárquico existente entre pais e filhos em

diversas tribos, em algumas dessas sociedades, os tios também eram chamados de pais nos guiando a um “sistema de parentesco que chegou historicamente até nossos dias” (ENGELLS, 1884). No início da hierarquização de poder familiar não existia distinção quanto à prática sexual entre parentes inferiores ou superiores hierarquicamente.

“Reconstituindo retrospectivamente a história da família, Morgan chega, de acordo com a maioria de seus colegas, à conclusão de que existiu uma época primitiva em que imperava, no seio da tribo, o comércio sexual promíscuo, de modo que cada mulher pertencia igualmente a todos os homens e cada homem a todas as mulheres.” (ENGELLS, 1884).

Para Engels (1998) um dos principais fatores para o desenvolvimento da família e aproximação do modelo que temos hoje foi à diferenciação entre pai, mãe, filho, filha, primo, prima e a proibição das relações sexuais entre os parentes superiores, pai, mãe, filho, filha, irmão e irmã comum culturalmente em algumas sociedades à época da barbárie. Com essas regras pré-estabelecidas foram se formando clãs dentro das tribos e conseqüentemente novas regras sociais para a organização dessas pessoas que viviam em conjunto.

A partir dessas noções podemos entender a sociedade como um conjunto de Instituições Sociais, que seriam a família, a escola, a religião, as crenças entre outras que padronizam o comportamento de grupos sociais por meio de regras e normas a serem seguidas servindo para organizar a sociedade e moldar o indivíduo em um processo de socialização. Cada uma dessas Instituições possui seus métodos de punição e persuasão que dão sentido a vida e contribuem para manter a estrutura social agregada e funcionando mesmo com a proliferação de indivíduos.

Com as aglomerações humanas e surgimento das cidades a construção de casas passou a ser de fundamental importância, era preciso um local para construção, material e pessoas dispostas a extrair a matéria prima da natureza, nota-se que existe divisão do trabalho, essa divisão de trabalho já acompanha a humanidade desde os primórdios enquanto alguns iam caçar, outros cuidavam da lavoura, outros cozinhavam, outros organizavam a sociedade, outros produziam artesanato, e conforme se aumentavam a força produtiva e a habilidade do trabalhador mais se ampliavam as condições necessárias para o desenvolvimento intelectual e material das sociedades que é a fonte da civilização (DURKHEIM, 1999, pág. 14). Essas são as condições iniciais para se pensar o desenvolvimento do estado moderno, da nação e da nacionalidade.

A sociedade se organizou criando um corpo de indivíduos regidos por regras e normas e se reconhecendo como povo pertencente a um determinado local e grupamento social. Hobsbawm (1990) diz que os critérios para se definir o surgimento da nação e conceituar o termo nação, utilizados pelos historiadores – “língua, território comum, história comum, traços culturais comuns, etnia – são fenômenos duais, ambíguos e mutáveis não podendo ser analisados apenas pelo alto, governo, mas também por baixo, pelas pessoas comuns, uma vez que os indivíduos de etnia², cultura, língua diferentes podem escolher uma nação para vivê-la. O autor trabalha a definição do termo nação e nacionalidade como um objeto de estudo ainda em expansão e em constante mutação, principalmente pelo atual fator globalização. “As nações e seus fenômenos associados devem, portanto, ser associadas em termos das condições econômicas, administrativas, técnicas, políticas e outras exigências;” Hobsbawm (1990, pág. 19-20) que devem levar em consideração as necessidades, aspirações, esperança e interesse das pessoas comuns. Essa ideia é compartilhada por Nascimento (2013, p. 33) associa o nacionalismo “à transição das ordens dinásticas para sociedades baseadas na doutrina de soberania popular”.

Por meio dessas relações ocorre o renascimento comercial e urbano, período que caracteriza a baixa idade média e tem como principais características o surgimento de entroncamentos comerciais que formam as feiras e dão origem as regiões fortificadas conhecidas como burgos, a base das cidades medievais. Os produtos comercializados nas feiras são produzidos por artesões que se organizam e são controlados por corporações de ofício. Nesse período da história a Igreja Católica controla a idade média desde as terras, o modelo econômico, até a mentalidade das pessoas e condena a usura, que compele as pessoas a venderem seus produtos sem visar lucro.

2.2 Expansão marítima: o início da globalização acelerada

Para alguns pesquisadores o Antropoceno inicia durante as grandes navegações pois nesse período há o aumento significativo do transporte de material biológico entre continentes pelo homem, e, como consequência alteração de ecossistemas. O que teria levado a

² Etnia é um grupo social cuja identidade se define pela comunidade de língua, cultura, tradições, monumentos históricos e território. Esta palavra parece ter sido usada pela primeira vez em 1896, no livro *Les sélections sociales*, de Vacher de Lapouge. É sinônima de outras expressões como "comunidade étnica e lingüística", "nacionalidade espontânea", "nacionalidade sem Estado", e outras mais. (LEVI, 1998, IN BOBBIO, p. 449).

Europa pensar em cruzar o Oceano? São vários os motivos. Sendo os principais a crise de crescimento do século XV que levou a escassez de alimento devido à produção agrícola não conseguir atender a demanda exigida pelos centros urbanos europeus, o monopólio do mercado internacional pela Itália e a busca por novas rotas comerciais, às principais. O processo de expansão marítima europeia, que entendemos como o início do processo de globalização, ou, aceleração desse processo, só foi possível devido à organização e centralização do poder do Estado. Ou seja, a organização política do Estado.

O primeiro Estado a se organizar dessa forma foi Portugal (1242) conseguindo com isso centralizar a arrecadação de impostos e dessa forma angariar recursos financeiros para investir na criação de tecnologias que possibilitassem as navegações, como a caravela, a bussola, as cartas náuticas, o astrolábio e outras tecnologias que possibilitassem a navegação.

Consoante a essa época, surge o movimento conhecido como Renascimento Cultural. A prosperidade econômica dessa época proporcionou o financiamento de artistas, filósofos e pensadores que colocaram o homem como a principal criação divina contribuindo para a liberdade do indivíduo em relação as instituições sociais. O humanismo dessa época marca a passagem do teocentrismo para o antropocentrismo. Na Itália ocorrem os principais financiamentos culturais realizados pelos Mecenas que patrocinam as obras do renascimento. A partir das novas concepções de realidade começam a se difundir novas ideias que iriam explodir na Reforma Protestante (1501)³.

A Burguesia que estava preocupada em acumular riquezas e cansada de ser condenada pela igreja católica por usura, luxúria, cobiça e ávida por encontrar uma doutrina que ao invés de condená-los os enaltecesse buscavam a ruptura da associação da riqueza ao pecado. Então apoiaram as novas religiões que permitiam e concordavam com seus

³ A Reforma Protestante foi uma reforma do pensamento religioso. Após o renascimento a racionalização e desencantamento do mundo promovem a mudança no pensamento teocêntrico para o antropocêntrico a Igreja Católica que detinha poder sobre a população da Europa na Idade Média passou a ser questionada. A Igreja por meio da aliança política com os reis havia adquirido um poderio econômico por meios que já não mais fazia sentido para uma parcela da população que viam a contradição entre o discurso do clero e a vida que levavam. A igreja passou por vários escândalos ligados à corrupção e imoralidade do clero (cargos vendidos e barganhados), venda do perdão, venda de indulgências, falsas relíquias sagradas, vendas de cargos eclesiásticos. A Igreja passou a desagradar praticamente todas as classes sociais. Martinho Lutero, um dos membros do alto clero se revolta com as atitudes da igreja e lidera a reforma protestante criando o Luteranismo.

interesses pessoais levando uma boa parte de fiéis para o protestantismo, calvinismo e anglicanismo⁴.

O importante nessa seção é entendermos que toda nossa vida social é pautada por construções culturais. E que vivemos mais um momento da história em que é preciso reconstruí-las. Por não ser nosso objeto de estudo nesse trabalho, por mais que seja extremamente interessante essa pesquisa sobre nossas origens ocidentais, iremos dar um salto temporal para a criação do Estado Contemporâneo.

3. Estado Contemporâneo

Após a breve rememoração sobre a história de como foram constituídos os Estados e conseqüentemente as estruturas sociais, culturais e identidades dos povos no período considerado Modernidade podemos seguir, e o mais importante, entendermos como se dá a evolução da sociedade nos dias atuais. Enfatizamos que não é o objetivo deste trabalho abarcar toda a história da modernidade e sim, rememorar nossa história para que haja maior criticidade e participação por parte da população nas decisões do Estado nos dias atuais. É necessário o conhecimento da história para que esse engajamento não seja manipulado pelas minorias dominantes e sim para dar voz aos subalternos.

Os estudos sobre a contemporaneidade tratam de temas globais e coletivos que refletem e se expressam na vida individual tendo como marco histórico inicial a ruptura com o período anterior, a modernidade, por meio do declínio da União Soviética e a queda do muro de Berlim, que promoveram intensas mudanças socioeconômicas em nível global rompendo com o modelo moderno vigente durante a guerra fria (MAFFESOLI, 2015) e “alterando a geopolítica⁵ global” (CASTELLS, 2000, p. 39).

⁴ Essas novas religiões diziam que a riqueza é uma benção. Por interesse pessoal do monarca inglês que teve seu divórcio não consentido pelo Papa nasceu a igreja Anglicana. Devido à perda de grande parte dos fiéis a Igreja Católica criou a Contra reforma durante a reunião do concílio de Trento (1545-1563) que emitiu numerosos decretos disciplinares e especificou claramente as doutrinas católico-romanas. Foram proibidos livros e criado o Tribunal da Santa Inquisição que perseguia os não católicos. Criaram também, a Companhia de Jesus e a levaram para o novo mundo catequizando os indivíduos. No Brasil os índios foram induzidos a trocar a sua força de trabalho por educação religiosa.

⁵ Geopolítica é um estudo dos Estados em sua relação no contexto mundial (BOFIM, 2005).

Essa transformação geopolítica – de certa forma ainda recente para os teóricos – promove algumas divergências entre autores e escolas sobre o atual período histórico que vivemos e suas definições, porém é consenso que passamos por uma densa transformação social, econômica, cultural e simbólica possível e potencializada pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Para embasar teoricamente esta pesquisa serão apresentados os conceitos de pós-moderno, supermoderno e hipermoderno e suas relações com o ciberespaço e com os movimentos sociais contemporâneos.

Em decorrência das mudanças econômicas e sociais das últimas décadas, o mundo está passando por uma transformação política global. Com o advento das novas tecnologias, o ciberespaço assumiu um lugar de poder central na contemporaneidade, promovendo o esgotamento das instituições hierarquicamente rígidas dando lugar às redes de relacionamentos com estruturas fluidas, transversais e cooperativas. “Economias por todo mundo passaram a manter interdependência global, apresentando uma nova forma de relação entre a economia, o Estado e a sociedade em um sistema de geometria variável” (CASTELLS, 2000, p. 39). Essas redes podem ser identificadas por movimentos como o “faça você mesmo”, muito atuante nos atuais tempos de pandemia, como exemplo, a produção de máscaras de proteção facial por meio de impressões 3D, ou, outros produtos artesanais como mascarar de tecido.

Na atualidade, de acordo com o economista Ladislau Dowbor (2017) vivemos a era do capitalismo improdutivo que consiste em um processo de financeirização no planeta. Para o autor, os bancos e as instituições financeiras passaram a dominar o sistema produtivo extraíndo dele, por meio de juros e tarifas, volumes de recursos incomparavelmente maiores de contribuição que a produção gerando uma sociedade de “rentistas improdutivos. Em seu livro *A Era do Capitalismo Improdutivo*, 2017, o autor critica o sistema financeiro atual:

“queremos delinear como se articulam três dinâmicas que desequilibram de maneira estrutural o desenvolvimento e a qualidade de vida no mundo. Em termos simples, estamos destruindo o planeta em proveito de uma minoria, enquanto os recursos necessários ao desenvolvimento sustentável e equilibrado são esterilizados pelo sistema financeiro mundial.” (LADISLAU DOWBOR, 2017, p.17)

Essa quebra de paradigma é extremamente importante para compreendermos como a burguesia que luta por um estado liberal, hoje capitalista, domina a política e de forma ascendente na história vem se transmutando de financiador de campanhas para ser o próprio candidato e impor sem nenhuma vergonha a sua bandeira neoliberal e tecnicista criando um modelo social homogeneizado. Hoje, podemos observar isso pelo crescimento do fenômeno dos “outsiders” nas campanhas eleitorais e no Brasil de 2018, a direita conservadora que assumiu a presidência da República e a segunda maior bancada da câmara dos deputados, no parlamento.

O Estado contemporâneo é extremamente complexo e dinâmico. O atual período que vivemos passa por transformações que ao mesmo tempo que são rápidas são constantes. A intenção deste texto exploratório foi de levantar fatos que são importantes para compartilharmos com a população, principalmente, neste atual momento em que o neoliberalismo avança em escala global. Em nenhum momento buscamos exaurir o extenso assunto, apenas, iniciar e instigar o leitor a continuar a pesquisa sobre nossa era e contribuir para a sedimentação da memória humana, humanística, que com intuito de contribuir para criação de uma nova cultura e pensamentos mais sustentáveis. Essa nova cultura, pensamento e ética deve ser compartilhada de forma global.

3.1 Formação da Ordem Internacional Contemporânea

O pesquisador Pio Penna (2019), descreve que uma das principais características das Relações Internacionais no início do século XX foi a *instabilidade*. Para Penna (2019) novas tendências surgiram e conviveram com velhos problemas. Alguns analistas descrevem o período como de “paz ilusória” ou “vinte anos de crise”, ou ainda como a “era da catástrofe”. Um dos pontos destacados por muitos autores como decisivo para o período está relacionado à forma como foi regulamentada a paz no final da Primeira Guerra Mundial.

De acordo com Amado Luis Cevo (2012), a regulamentação da paz e da ordem mundial ao término da primeira guerra mundial “engendrou um período de instabilidade nas relações internacionais, marcado pela reviravolta nas relações entre as potências e pelo crescimento dos egoísmos nacionais”. Para o autor, a conferência de paz de 1919 tinha problemas na origem, sendo um dos principais a atuação da delegação francesa que de certa forma, por ter saído da guerra como vencedora e como a maior potência militar do mundo, impôs condições consideradas humilhantes a Alemanha, esta última apontada

como a única responsável pela guerra. Entende-se que na I guerra mundial não houveram derrotados, apenas um país foi responsabilizado pelo conflito, a Alemanha.

Outra questão importante levantada por Cevo (2012) é que dentre os países que lutaram contra a Alemanha, em torno de 27 países, foram eleitos apenas 5, considerados os 5 grandes para implementar as sanções contra a culpada e regulamentar a nova ordem mundial. Esses 5 grandes eram França, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Itália e Japão, sendo a França a principal interlocutora e motivada pelo revanchismo.

O Estados Unidos, por meio de seu presidente Woodrow Wilson, propôs 14 pontos para inaugurar uma nova era de entendimento e paz entre as nações, porém, Georges Clemenceau, da França, queria uma punição severa à Alemanha. A atuação Francesa foi muito intensa e em benefício próprio. A França convenceu os 5 grandes que a paz só seria atingida se enfraquecessem a Alemanha e a mantivessem sob domínio. Cevo () diz que a conferência de paz desfez o concerto europeu e introduziu uma nova divisão na Europa Continental, opondo grupos de países satisfeitos e insatisfeitos. Ou seja, algumas nações ficaram completamente insatisfeitas com as decisões do tratado, principalmente por que alguns territórios e fronteiras entre nações foram mal divididas criando tensões que só se agravaram com o tempo.

O governo Alemão, o mais prejudicado, reclamou algumas atitudes e retaliações rejeitando o tratado daquela forma, em resposta a Alemanha, Clemenceau ameaçou-a com o reinício da guerra. A Alemanha então assinou o tratado. É claro que toda essa articulação desastrosa pautada em ranço, vingança, disputa de poder e humilhação não poderia resultar em equilíbrio e paz. A França claramente mostra sua ambição em ser a grande potência do continente e devido a isso cria um enorme desequilíbrio nas relações entre as nações.

O Tratado que deveria trazer o equilíbrio de volta a Europa e também a repartição do poder de forma mais igualitária entre as nações para a manutenção da paz , porém, isso não aconteceu. O poder e a vontade de dominar são inato da natureza humana, entretanto, em alguns indivíduos ou povos se tornou mais que algo natural, transpassando a necessidade, se tornando obsessão. Não iremos adentrar em estudos sobre psicologia ou psicanálise, entretanto, o comportamento de alguns dirigentes Franceses devem ser levados em consideração para futuras pesquisas pois o afeto deve ser estudado no âmbito das relações internacionais. O uso abusivo do poder, as táticas de dominação, a utilização

de Instituições e suas hierarquias para o controle social. Não é a toa que é de lá o pensador Michel Foucault. Foucault (1982) entende que o poder deve ser repartido e explicita bem a complexidade do poder e de sua repartição quando diz:

“não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles” (Foucault, 1982, p. 183).

Com base na ânsia por poder, dominação e controle a sociedade europeia contrapôs a concepção ideológica norte americana anticolonialista⁶ e através da Instituição Sociedade das Nações distribuíram entre si as colônias Alemãs na África e Ásia sob a justificativa de que esses povos “ainda incapazes de se governarem a si mesmos” precisavam de uma “tutela civilizatória” (CEVO, p.134,).

O Tratado sofreu inúmeras críticas devido os efeitos que produziria. Para os representantes da África do Sul seria um desastre maior que a guerra. “O (..) economista John Maynard Keynes, membro da delegação da Grã-Bretanha, criticou severamente o tratado de Versalhes em seu livro *As consequências da economia e da paz* (...) vendo no castigo aplicado a Alemanha um obstáculo no desenvolvimento da economia europeia (...)” (CEVO, p.134,). Em contraponto a isso é necessário deixar claro que a Grã-Bretanha ficou em cima do muro durante a conferência, apoiando as ideias estadunidenses, mas, de olho nas propostas francesas. As grandes potências preferiram não interferir de forma incisiva na questão ficando a cargo da França as principais decisões que conseqüentemente levaram aos catastróficos “20 anos de crise” e as revoltas que vieram a resultar na II Guerra mundial.

⁶ É importante entendermos que os EUA não queriam o fim do colonialismo por que queriam salvar a humanidade. Eles queriam liberar aquelas áreas da dominação europeia para impor sua influência e expandir mercado.

De acordo com Saraiva (2001, p. 63, 64) quatro grandes fenômenos animaram as relações internacionais na década de 70, sendo o primeiro a melhora nas relações internacionais entre os dois gigantes, Estados Unidos e União Soviética que se apresentaram como parceiros, principalmente em relação a não proliferação de tecnologia nuclear, por outros países. O segundo foi a tomada de consciência da “diversidade de interesses” no sistema internacional. A Europa, Ásia e América Latina perceberam que a bipolaridade já não se aplicava a economia e reivindicaram maior participação no jogo internacional promovendo a erosão do sistema do modelo nacional-desenvolvimentista. O terceiro foi o esforço de construção da “nova ordem econômica internacional” pelos países do terceiro mundo que se uniram por uma “ilusão igualitarista”, formando uma unidade global em busca da construção de um verdadeiro diálogo com o Norte. O quarto foi a “crise econômica”, sendo as principais a energética e financeira que foram responsáveis por um período de grande inquietude nas relações internacionais e motivou a própria revisão do papel dos Estados nacionais na política internacional. Para Saraiva (2001, p.64) esses quatro fenômenos abalaram a ordem bipolar e afirmaram a diversidade bem como a multipolaridade econômica e ideológica.

A détente claramente se revela um acordo entre dois rivais que dividiam o monopólio da influência global e percebem que uma mudança geopolítica está acontecendo. Como forma de manterem o modelo bipolar criam essas espécie de relação mais amigável, com intuito de não perderem influência e poder, entretanto, o clima de disputa e tensão entre eles se mantém assim como as investidas territoriais. Uma das principais preocupações dessas super potências é que outros países, principalmente os periféricos, desenvolvessem armamento nuclear e anulassem a imposição de força e poder pela via militar.

Para Saraiva (2001, p.71) a década de 1970 é marcada por uma onda de fenômenos que modificaram a fisionomia do mundo. Durante a conferência de Helsinque os mais de 30 Estados participantes reivindicavam seu próprio espaço de poder negados pelo jogo das superpotências marcando a consciência de diversidade de interesses.

Essa consciência se deu principalmente ao revigoramento da capacidade operativa dos Estados europeus, a determinação francesa em construir sua própria política militar, os novos dados estratégicos que punham e xeque a Aliança Atlântica, a emergência da economia japonesa, o esforço de afirmação da América Latina e os movimentos dos Estados e dos povos do

terceiro mundo para encontrar caminhos próprios. SARAIVA (2001, p.72).

A grave crise econômica da década de 1970 foi também uma das questões de instabilidade e provocaram uma séria intranquilidade mundial. A crise no sistema econômico mundial foi único pela dificuldade em se manter o padrão monetário dollar. Em consequência disso os países sul americanos, asiáticos e africanos que haviam pautado sua inserção econômica no cenário mundial por meio de endividamento externo, adquirindo empréstimos a juros baixos nas décadas anteriores, tiveram que arcar com dívidas durante a crise a juros altíssimos, que levou ao colapso os projetos nacionais de desenvolvimento desses países.

A segunda grande crise foi a do petróleo que mostrou a fragilidade energética dos projetos desenvolvimentistas a nível global e elevou a capacidade de influência dos países periféricos produtores de petróleo que se organizaram e juntaram em bloco e reivindicaram posições-chaves no planejamento das atividades econômicas em escala global. Todas essas mudanças em um curto espaço de tempo aceleraram o processo de globalização econômica e início da terceira revolução industrial.

3.1 Agenda 21 Global

Para entendermos a reviravolta na agenda política ambiental brasileira é necessário entendermos o que é a agenda 21 e por que ela incomoda parte das elites brasileiras que financiaram e apoiaram o atual presidente. A Agenda 21 pode ser definida com um conjunto de resoluções, preparar o mundo para os desafios do próximo século, tomadas na conferência internacional Eco-92, que foi realizada na cidade do Rio de Janeiro entre 3 e 4 de junho de 1992. A Conferência foi organizada pela ONU (Organização das Nações Unidas) e contou com a participação de 179 países, resultando em medidas para conciliar crescimento econômico e social com a preservação do meio ambiente. Na Agenda 21 cada país definiu as bases para a preservação do meio ambiente em seu território, possibilitando o desenvolvimento sustentável, sendo o Brasil um dos principais protagonistas.

Os principais objetivos e temas tratados na Agenda 21 foram o Combate à pobreza; a Cooperação entre as nações para chegar ao desenvolvimento sustentável; a Sustentabilidade e crescimento demográfico; a Proteção da atmosfera; o Planejamento e ordenação no uso dos recursos da terra; o Combate ao desmatamento das matas e florestas

no mundo; o Combate à desertificação e seca; a Preservação dos diversos ecossistemas do planeta com atenção especial aos ecossistemas frágeis; o Desenvolvimento rural com sustentabilidade; a Preservação dos recursos hídricos, principalmente das fontes de água doce do planeta; a Conservação da biodiversidade no planeta; o Tratamento e destinação responsável dos diversos tipos de resíduos (sólidos, orgânicos, hospitalares, tóxicos, radioativos); o Fortalecimento das ONGs na busca do desenvolvimento sustentável; a Educação como forma de conscientização para as questões de proteção ao meio ambiente.

De acordo com o site do Ministério do Meio Ambiente – MMA:

“A Organização das Nações Unidas – ONU realizou, no Rio de Janeiro, em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD). A CNUMAD é mais conhecida como Rio 92, referência à cidade que a abrigou, e também como “Cúpula da Terra” por ter mediado acordos entre os Chefes de Estado presentes. 179 países participantes da Rio 92 acordaram e assinaram a Agenda 21 Global, um programa de ação baseado num documento de 40 capítulos, que constitui a mais abrangente tentativa já realizada de promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, denominado “desenvolvimento sustentável”. O termo “Agenda 21” foi usado no sentido de intenções, desejo de mudança para esse novo modelo de desenvolvimento para o século XXI. A Agenda 21 pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.”

Após séculos de exploração e vilipêndio dos conhecimentos dos povos tradicionais, no ano de 1992, durante a Convenção sobre Diversidade Biológica⁷ foi discutida a prática que normatizava os recursos genéticos e naturais como patrimônio comum de toda a humanidade. Essa discussão se torna de extrema importância não apenas para os povos

⁷ A Convenção Sobre Diversidade Biológica (CDB) aconteceu no Rio de Janeiro em consonância com a ECO-92; também conhecida como Convenção da Biodiversidade) é um tratado internacional multilateral que, como seu nome sugere, trata da proteção e do uso da diversidade biológica em cada país signatário. A Convenção possui três objetivos principais: a conservação da diversidade biológica (ou biodiversidade), o seu uso sustentável e a distribuição justa e equitativa dos benefícios advindos do uso econômico dos recursos genéticos, respeitada a soberania de cada nação sobre o patrimônio existente em seu território. Em outras palavras, seu objetivo é o desenvolvimento de estratégias nacionais para a conservação e o uso sustentado da biodiversidade, e dentre diversos instrumentos e mecanismos que prevê destacam-se iniciativas de melhoria da gestão e de criação de áreas protegidas. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Conven%C3%A7%C3%A3o_sobre_Diversidade_Biol%C3%B3gica>

tradicionais, mas para a soberania dos países de terceiro mundo, que viviam sob um sistema predatório de utilização de seus recursos genéticos e naturais por países mais poderosos. A partir do debate gerado pelos direitos autorais dos conhecimentos científicos indígenas sobre os recursos naturais a Organização das Nações Unidas abriu espaço para essas discussões negligenciadas pelos governos dos países.

Os debates giraram em torno dos direitos dos povos tradicionais, principalmente da coletivização dos conhecimentos tradicionais que seria direito privado de um grupo e estavam disseminados e sendo utilizados por grupos diversos sem nenhum retorno para as comunidades tradicionais. Então, o grande marco dessas discussões foi que os conhecimentos que estavam difusos passam a ser concisos. Infelizmente, estamos vendo uma ofensiva por parte do sistema neoliberalista internacional que está tentando reverter isso, no Brasil estamos passando por um momento extremamente delicado de reversão das demarcações de reservas indígenas, reservas de recursos naturais e o que é mais sério nessa questão é que houve uma estratégia muito bem elaborada para conseguir o apoio da opinião pública e o respaldo coletivo para atos contra a humanidade.

O Brasil possuía protagonismo internacional na agenda ambiental, sendo que desde a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92) é uma agenda defendida por todos os ex-presidentes e agora, o atual presidente alterou esse comportamento histórico do país. O declínio em sediar a Conferência das Partes da Convenção do Clima das Nações Unidas, COP 25, pode significar o distanciamento brasileiro da agenda ambiental mundial.

Brazil's share of global carbon emissions, mega biodiversity, vast fresh water resources, large territory, large population, and significant economy characterize it as relevant actor in Global Environmental Governance (GEG), either alone or participating in groups such as the G-77, BASIC and the G20 (Viola and Franchini 2018; Hochstetler and Viola 2012; Hochstetler 2012; Viola et al. 2012). The country has the power to harm the Earth System, but may also be an important catalyst for innovative answers to the challenges posed by the Anthropocene. Since the 1990's, GEG has become a relevant issue in the dynamic of the International System and in the academic studies of International Relations. (VIOLA e GONÇALVES 2019, p. 1)

A drástica mudança na política externa brasileira pode ser analisada por meio dos discursos e falas do atual presidente em comparação a política externa criada pelo diplomata Barão de Rio Branco.

“Los principios clásicos de la política exterior brasileña se fijaron por el Barón de Rio Branco a principios del siglo XX y se podrían resumir en la apuesta por la resolución pacífica y arbitrada de los conflictos, el establecimiento de relaciones de buena vecindad con los demás estados de la región, la salvaguarda del territorio brasileño y el no intervencionismo en los asuntos internos de otros estados.” (SANTOS 2011, p. 158)

A mudança de rumo na política externa brasileira como por exemplo o declínio do governo brasileiro em sediar a COP 25 pode trazer consequências negativas em um futuro próximo, influenciando na perda de protagonismo brasileiro nas questões ambientais a nível internacional. A partir do viés exposto acima iremos aprofundar o conhecimento sobre a Rio 92 e as principais alterações na agenda do atual governo para as questões ambientais.

“Os problemas decorrentes da degradação ambiental têm assumido alcance cada vez mais global, tornando premente a soma de esforços dos Estados a fim de evitá-los, impedindo também novos danos ao meio ambiente como meio de resguardar as gerações futuras. Essa ação conjunta estatal se faz por meio do instituto da cooperação internacional, que encontra na seara ambiental um universo vasto de possibilidades e também desafios.” (MAZZUOLI, 2012).

O atual presidente brasileiro Jair Bolsonaro nunca escondeu seu pensamento de que o aquecimento global é uma invenção e que iria mudar as formas de fiscalização ambiental no Brasil. Durante a campanha ameaçou tirar o Brasil do acordo de Paris e sempre se manifestou contrário a forma como as questões ambientais são tratadas no Brasil, dizendo que as áreas demarcadas para reservas indígenas e comunidades quilombolas, das áreas de preservação ambiental não favorecem o Brasil e sim a interesses estrangeiros. Claramente o atual Presidente entende que a preservação da natureza é um impedimento ao progresso econômico e social da nação.

A nova política externa brasileira já trouxe algumas ojerizas internacionais principalmente com França, Canadá, Irlanda, Finlândia e Reino Unido que ameaçaram suspender importações e boicote a produtos brasileiros, bem como empresas multinacionais como Nestlé, Kipling e Vans. Os incêndios na Amazônia e as palavras tanto do chanceler brasileiro, Ernesto Araújo (2019) sobre o tema, "Não há catástrofe das mudanças climáticas", quanto do Presidente, tem causado inúmeros transtornos à política

externa brasileira sendo necessário o estudo acadêmico destes fatos e suas possíveis consequências.

Neste trabalho iremos buscar conceitos teóricos para analisar o protagonismo das pessoas, autoridades, na tomada de decisão que resulta na política externa do Estado e cria padrões de comportamento internacional. O caso da COP 25 se torna interessante para essa análise pois o Brasil desde pelo menos 1992 vem exercendo um protagonismo na agenda ambiental internacional e agora, com o novo presidente, esse alinhamento está prestes a ser modificado.

A mudança de rumo na política externa brasileira como por exemplo o declínio do governo brasileiro em sediar a COP 25 pode trazer consequências negativas em um futuro próximo, influenciando na perda de protagonismo brasileiro nas questões ambientais a nível internacional. A partir do viés exposto acima iremos aprofundar o conhecimento sobre a Rio 92 e as principais alterações na agenda do atual governo para as questões ambientais.

Antropoceno: a importância da implantação da cultura da inovação no contexto social contemporâneo

De acordo com o geógrafo Wagner Costa Ribeiro e o sociólogo Ricardo Abramovay (2015), ambos da Universidade de São Paulo – USP, o termo Antropoceno surge nos anos 1980 cunhado pelo biólogo Eugene F. Stoermer para denominar a nova era geológica que vivemos. Posteriormente, em 2004, o termo foi popularizado pelo cientista atmosférico, e vencedor do Prêmio Nobel de Química em 1995, Josef Crutzen. Entretanto, o termo ainda não é unanimidade dentro da academia, geólogos estão pesquisando as ações humanas sobre a superfície da terra afim de encontrar fatos científicos que comprovem a ação humana como força biológica na transformação da superfície da terra. Dentre essas pesquisas estão o surgimento, e, ou, o desaparecimento de espécies, derretimento de geleiras, a influência no aumento de temperaturas, desaparecimento de corais entre outras alterações de escala global.

Do ponto de vista histórico existe uma confusão de quando teria iniciado o período Antropoceno, para alguns pesquisadores teria sido junto com a Revolução Industrial (sociedade de consumo, combustíveis fósseis), para outro o período inicia com as Grandes Navegações onde há troca de material biológico em larga escala entre continentes, para

outros teria sido a partir da criação do Artefato Nuclear (1945) que modifica toda a superfície atingida por décadas. Não existe consenso. O que existe é a percepção que a espécie humana tem alterado a terra de forma geológica causando consequências planetárias.

Desde que a espécie humana se fixou passou a ter uma vida sedentária. O ser humano passou a agir como uma força biológica na transformação da superfície da terra. A humanidade se transformou de força biológica para força geológica. Determina o funcionamento do sistema climático. Nenhuma espécie havia feito isso anteriormente. A humanidade conseguiu se desenvolver devido ao Regime climático relativamente ameno de um grau para cima ou para baixo.

Desde do ano de 1750 para cá a temperatura subiu 0.85 °. O horizonte até o final do século XXI é da elevação de mais 4° na temperatura global média. Esse aumento na temperatura global irá provocar o derretimento de geleiras, maior absorção de calor pela terra e o desaparecimento de cidades. Oceanos são sorvedouros que absorvem o efeito estufa e estão sendo poluídos com resíduos plásticos. O volume de material que o ser humano movimenta hoje em dia possui mais massa que a última glaciação, um evento natural. “Desde 1950 alteramos mais o planeta do que em toda nossa existência de 200 mil anos” (CERQUEIRA, 2017, ON LINE).

É necessário reorganizar o pensamento no século XXI. Pensar modelos coletivos. Diminuir o uso de combustível fóssil. Unir o saber das comunidades indígenas ao científico combinando esses conhecimentos para mudança de consciência é a imprescindibilidade de se buscar novos tipos de relação entre tecnologia, arte, sociedade e natureza que superem a atual polarização progresso versus preservação e tecnologia versus natureza. Para isso é necessária articulação política e uma virada no pensamento econômico.

Para Alfredo Pena Vega (2019, p. 16) vivemos mais um momento em que a situação do mundo nos revela que o modelo de civilização hegemônico, baseado no crescimento econômico, está esgotado. A sociedade se mostra inábil em lidar com a crise ambiental. Nossos antepassados legaram às gerações presentes um grande ônus ambiental, crenças de que nós, com nossa tecnologia e evolução, pudéssemos acabar com a fome, a apartação social e a finitude dos recursos naturais. Não pretendemos nos aprofundar em fatores socioeconômicos ou geopolíticos. O que queremos trazer para a discussão é como esses

fatores atuam regendo nossas vidas cotidianas, criando desigualdades sociais e destruindo o planeta e que tendem a se agravar com o passar do tempo.

A economia linear deve se transmutar para uma economia circular. Não é mais possível prosperar ou enriquecer sobre a base da exaustão dos recursos naturais. O crescimento econômico deve ser regido pela sustentabilidade em busca de uma sociedade de baixo carbono. O pensamento econômico deve adotar uma nova ética baseada em economia de recursos naturais e girar em torno de regenerar o que foi degradado. Criar um novo pacto social em que haja mais sociabilidade e cidades inteligentes, cidades regenerativas. O ser humano se tornou ator importantes na dinâmica planetária. Um dos desafios é de repensar as matrizes energéticas, renovar a matriz tecnológica de produção de maneira circular ou sustentável. Por meio do uso consciente de materiais renováveis. É imprescindível a implantação da cultura da inovação no contexto social contemporâneo.

A transmutação do pensamento deve vir de forma global. Deve ser incentivada a cultura da inovação. O que é inovação e por que inovar? Inovar serve para solucionar os problemas complexos do mundo contemporâneo. Criar ou recriar modelos de negócio para satisfazer uma necessidade humana que ainda não foi satisfeita. Segundo o Manual de Oslo, documento central e amplamente utilizado em políticas públicas de estímulo à inovação tecnológica, inovação é “a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas” (OCDE, 2005, p. 55).

A atual crise global gerada pela pandemia do COVID - 19 trouxe à tona a necessidade do estímulo da cultura da inovação dentro do serviço público. O Sistema Único de Saúde – SUS recebeu ajuda criativa e doações de diversos FabLabs de todo território nacional para poder suprir a demanda por equipamentos de proteção individual dos profissionais de saúde. É necessária a criação e fomento de espaços de criatividade, aprendizado e inovação para desenvolver e construir projetos dentro da esfera do setor público. Atualmente existem diversos laboratórios de inovação espalhados pelo mundo.

Nos últimos anos houve um crescimento de laboratórios focados na inovação para o setor público, entretanto, o investimento em inovação e o número de Laboratórios de inovação são muito pequenos frente aos da iniciativa privada. Um laboratório de inovação pode mudar o ambiente de qualquer organização, seja ela privada ou pública. Os labs devem

buscar soluções inovadoras, criando técnicas e ferramentas. Os *laboratórios devem* dar suporte a inovadores no desenvolvimento de ideias para solucionar grandes desafios sociais globais. O foco deve ser no estímulo à inovação como processo organizacional, e não como algo que acontece por acaso. A cultura da inovação deve ser fomentada dentro da esfera pública.

O filósofo oriental sul coreano Byung-Chul Han, radicado na Alemanha, autor, dentre outras, das obras *Sociedade do cansaço* (2014) e *Sociedade da transparência* (2014), afirma, ao estudar a historicidade da sociedade, que em cada época a humanidade desenvolveu uma doença social característica, como, por exemplo, no século passado, as patologias eram bacteriológicas ou virais, enquanto a patologia da sociedade contemporânea é neuronal, psíquica. Para o autor, o sistema neoliberal implantou uma nova fase do capitalismo, o capitalismo da emoção, marcando a transição da biopolítica para a psicopolítica, da sociedade disciplinar para uma sociedade do controle pelo rendimento, em que o homem é obrigado a render, sendo ele mesmo o fiscal do seu desempenho e o acusador do seu fracasso.

Han (2014) vê uma possível saída para a crise civilizacional que vivemos na arte e na contemplação. A arte é uma possível saída para encontrarmos outras narrativas para se viver o Eu, para entendermos melhor o mundo e seu funcionamento, para termos autoconhecimento. O autor afirma que para vivermos melhor são necessários momentos de vazios, reflexões profundas sobre nossas vidas, momentos em que não nos autoexploramos. E por meio desse viés, olhando por esse prisma, encontrarmos formas criativas e regenerativas e autossustentáveis para coexistirmos com todos os outros seres do planeta terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que é de extrema importância aliar o conhecimento teórico com o saber tradicional, ou, popular por meio de vivência para se ter uma criação textual densa. Por meio da cultura, educação materializadas na escrita é possível criar novas realidade transformadoras e contribuir para que todos tenham acesso à justiça, igualdade e inclusão social tornando a academia também, um meio emancipatório do ser humano colaborando para que comunidades sejam vistas com mais respeito e compartilhem do sentimento de cidadania.

Por meio da desconstrução histórica entendemos nosso passado e construímos nosso futuro, com poética e política. Entendemos que a academia também tem um peso de responsabilidade pelo distanciamento que tem em relação a sociedade. Levantamos também questões para futuras pesquisas como quais são as responsabilidades da academia nas questões sociais e democratização do ensino e conhecimento? Para onde e para quem está sendo produzido conhecimento no âmbito acadêmico e artístico? Estamos democratizando ou elitizando esse conhecimento?

Entendemos as transmutações sociais que passamos e que aceleraram nas últimas décadas devido os avanços tecnológicos e a influência econômica do capitalismo neoliberal que tem a intenção de homogeneizar o corpo social, para assim, obter maior controle sobre as massas.

Ao rememorar a história hegemônica da humanidade nos deparamos com situações que parecem se repetir século após século em um constante e “eterno retorno”. Se faz necessária a também, constante rememoração dos fatos históricos com o objetivo de sedimentar o conhecimento e avançarmos não apenas tecnologicamente ou temporalmente, mas como seres humanos, como sociedade e como humanistas.

Em relação ao Antropoceno. Desde que a espécie humana se fixou passou a ter uma vida sedentária. O ser humano passou a agir como uma força biológica na transformação da superfície da terra. A humanidade se transformou de força biológica para força geológica. Determina o funcionamento do sistema climático. Nenhuma espécie havia feito isso anteriormente. A humanidade conseguiu se desenvolver devido ao Regime climático relativamente ameno de um grau para cima ou para baixo.

Sugerimos o estudo transdisciplinar para as futuras pesquisas e discussões no âmbito acadêmico para que seja possível desenvolver estudos metodológicos sobre o tema e promover uma real democratização de conhecimento e uma provável diminuição na manipulação da população sobre temáticas já ultrapassadas pelas cátedras universitárias.

REFERENCIAS

- BAUMAN, Zigmund. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOBBIO, N., MATTEUCCI, N., e PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. 11ª ed. Brasília: Editora UnB, 1998.
- BEVILAQUA, Clóvis. *Direito público internacional: synthese dos princípios e a contribuição do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1939. v. 1. p. 18
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. (2009). *Cultura com Aspas*. Editora Cosac Naify. São Paulo. p. 432.
- CASTELLS, M. [1996]. **La era de la información**. La sociedad red (vol. I). Madrid: Alianza, 1999.
- _____. **A era da informação: economia, sociedade e cultura. A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. v. 1.
- DOWBOR, Ladislau: *A Era do Capital Improdutivo – Outras Palavras & Autonomia Literária*, São Paulo – 2017, 316 p.
- _____. *Além do Capitalismo: uma nova arquitetura social – novembro 2018 – 86p*.
- D. Zink, Katherine & Lieberman, Daniel. (2016). Impact of meat and Lower Paleolithic food processing techniques on chewing in humans. *Nature*. 531. 10.1038/nature16990.
- DURKHEIM, Émili. *Da divisão do trabalho social*. [tradução Eduardo Brandão]. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ENGELLS, Friederich. *A origem do Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Tradução de Leandro Konder. 1884. Zurique.
- FARIAS, Cristiano Chaves. *Direito Constitucional à Família*. *Revista Brasileira de Direito de Família*. Porto Alegre, IBDFAM/Síntese, n. 23, abril-Maio 2004, p.05.
- FLUSSER, Vilém. *O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- FOUCAULT, Michel. (1982) *Subject and Power*. In: DREYFUSS, H. & RABINOW P. *Beyond structuralism and hermeneutics*. Brighton, The Harvester Press.

GIDDENS, Anthony, 1938- Modernidade e identidade / Anthony Giddens; tradução, Plínio Dentzien. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002

GOBBI, Danniell. **Identidade em ambiente virtual**: uma análise da Rede Estudantes Pela Liberdade. Disponível em: < <http://repositorio.unb.br/handle/10482/22245> >. 2016.

HAN, Byung-Chul. **A sociedade da transparência**. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2014.

_____. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.

HOBBS, T. Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. Coleção Os Pensadores. (1º volume). 4ª Edição, Nova Cultural, 1988.

LE GOFF, Jacques. Em busca da Idade Média. Conversas com Jean-Maurice de Montremy. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, 222p.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2009.

LYOTARD, Jean-François. O pós-moderno. Tradução de Ricardo Corrêa Barosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986. 123 p.

LOCKE, John. Alguns Pensamentos Acerca da Educação. Tradução de Gomercindo Ghiggi e Avelino da Rosa Oliveira. Cadernos de educação Universidade Federal de Pelotas. Anos de 8 a 14, números de 13 a 24. Pelotas: Fae/UFPel, 1999 a 2005.

LOTTA, Gabriela. O papel das burocracias do nível da rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade. In: FARIA, C. A (org). Implementação de Políticas Públicas. Teoria e Prática. Editora PUCMINAS, Belo Horizonte, 2012.

MAFFESOLI M. O tempo retorna: formas elementares do pós-modernidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Mazzuoli, Valerio de Oliveira, & Ayala, Patryck de Araújo. (2012). Cooperação internacional para a preservação do meio ambiente: o direito brasileiro e a convenção de Aarhus. *Revista Direito FGV*, 8(1), 297-327.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. *O Espírito das Leis: as formas de governo, a federação, a divisão dos poderes, presidencialismo versus parlamentarismo*. São Paulo: Saraiva, 1998.

NASCIMENTO. BIB. São Paulo, n° 56, 2o semestre de 2003, pp. 33-53

PENA VEGA, Alfredo. **Wawekrurê: distintos olhares./Rodolfo Ward, organização, fotografias**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2015. 156 p.: il., fotos. Edições do Senado Federal, v. 213.

PHILIPPE C. Schmitter/Gerhard Lehmanbruch (Hrsg.), *Trends Toward Corporatist Intermediation*, London 1979. In: Kailitz S. (eds) *Schlüsselwerke der Politikwissenschaft*. VS Verlag für Sozialwissenschaften

WEBER, Max, 1864-1920. *Theory of social and economic organization*. New York, Oxford University Press, 1947.

SANTOS, Sergio Caballero. *Brasil y la región: una potencia emergente y la integración regional sudamericana*. *Revista Brasileira de Política Internacional*. 2011. 15 p.

VIOLA, Eduardo e FRANCHINI. *Brazil ups and downs in global environmental governance in the 21st century*. *Revista Brasileira de Política Internacional*. *Rev. Bras. Polít. Int.*, 62(2): e010, 2019

Sites:

<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/tec.html>

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21848&catid=8&Itemid=6

<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,compare-propostas-de-bolsonaro-e-haddad-para-os-temas-mais-buscados-no-google,70002545237>